

O PETROLEIRO

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS PETROLEIROS DE MINAS GERAIS - ESPECIAL XVII CONFUP

11 DE AGOSTO DE 2017

UNIDADE PARA A RESISTÊNCIA

Unidade para a resistência. Esse foi o tema central dos debates realizados durante o XVII Congresso Nacional da Federação Única dos Petroleiros (Confup), que reuniu petroleiros de todo o Brasil entre 3 e 6 de agosto em Salvador (BA).

Em todas as análises de conjuntura e painéis sobre o golpe político, a gestão privatista de Temer e o futuro do País, a luta conjunta da classe trabalhadora foi apontada como único caminho para barrar e reverter os retrocessos que estão sendo aprovados pelo atual Congresso Nacional.

Segundo o diretor técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio, o ataque aos direitos trabalhistas e conquistas sociais faz parte da mesma agenda de redução do Estado e de desnacionalização dos setores produtivos.

"O governo está implantando um pacote de medidas com a clara intenção de eliminar a organização dos trabalhadores, como a PEC do Teto, a Lei da Terceirização, a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência. Para revertermos isso é preciso que façamos o caminho contrário e, para isso, temos uma chance em um milhão, mas precisaremos de uma força que nunca tivemos antes".

O integrante da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e representante da Frente Povo Sem Medo, Guilherme Boulos, também destacou que é preciso "valorizar o que nos une", se referindo aos diferentes movimentos e correntes de esquerda.

"O nível de ataque é brutal e a criminalização da luta só cresce, então a unidade não é uma opção, mas uma necessidade. Precisamos de uma construção social conjunta de todos os movimentos de esquerda, deixando de lado as diferenças".



Petroleiros em ato contra a privatização da Petrobrás na portaria da RLam, na Bahia

Papel da Petrobrás na luta por direitos

O ex-presidente do PC do B, Renato Rabelo, destacou a necessidade de "criar uma frente e um pacto político e social amplo, que tenha por base a restauração da democracia e a salvação nacional".

Já o senador Roberto Requião (PMDB/PR) ressaltou que a Petrobrás tem papel fundamental no restabelecimento da democracia e do crescimento econômico do País. "Não tem como sairmos dessa crise instalada no País sem grandes investimentos e boa parte desses investimentos vinham sendo feitos pela Petrobrás, mas foram interrompidos".

O ex-presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli, também explicou que, apesar da construção de um discurso de diminuição da importância do petróleo na economia mundial, sustentada pela tese de que os carros elétricos irão substituir os carros movidos pelos combustíveis tradicionais, o petróleo

ainda é e será por décadas um ativo estratégico. Segundo ele, como matriz energética, o petróleo responde por algo em torno de 35% e, para os próximos 50 anos, a previsão é de uma redução de apenas 4%.

"O petróleo não é igualmente distribuído no mundo. A disputa pelas reservas é um elemento central na geopolítica mundial. Todos os conflitos mundiais atuais tem a ver com o acesso ao petróleo", disse.

Comunicação

Já o secretário de comunicação da CUT Roni Barbosa destacou a importância da comunicação em todo esse processo.

"Precisamos investir na nossa comunicação e construir um processo de resistência para anulação da reforma trabalhista. Vamos buscar as pessoas insatisfeitas e transformar indignação em mobilizações de ruas rumo à greve geral".



EDITORIAL

A reedição de 64

Passados 52 anos, eis que o Brasil reedita em 2016 o mesmo golpe praticado em 1964. Há quem fale que o “impeachment” da presidenta eleita Dilma Rousseff (PT) não foi um golpe, mas sim um processo legítimo de cassação de um chefe de Estado por “crime de responsabilidade”. No entanto, o tal crime cometido pela presidenta, as chamadas pedaladas fiscais, também havia sido praticado por todos ou quase todos os presidentes eleitos no País após a redemocratização.

As semelhanças entre os dois golpes são nítidas. Basta revisitar a história para entender que, tanto em 1964 quanto agora, a tomada do poder foi comandada pela elite (ou, como queiram chamar, burguesia, classe dominante etc) contra os chamados governos populistas, mas que, na verdade, eram governos que tinham bandeiras sociais.

Na ditadura, o principal alvo do golpe foi a classe trabalhadora. E, para evitar a organização dos operários contra a nova ordem, o governo militar interviu nos sindicatos, prendeu e perseguiu seus dirigentes, instituiu o arrocho salarial e a criminalização dos movimentos sociais.

E o que é diferente agora? Absolutamente, nada. Passado o golpe, as primeiras medidas adotadas pela turma de Michel Temer foram: o corte de investimentos em políticas sociais e em saúde e educação pelos próximos 20 anos; a reforma trabalhista, que extingue direitos garantidos na CLT; o fim da política de conteúdo local, seguida de uma onda privatista que tem atingido em cheio a Petrobrás e outras estatais brasileiras; a legalização da terceirização irrestrita; e o próximo passo deve ser a reforma da Previdência, já prevista para ser votada em setembro.

Ou seja, novamente, a classe trabalhadora está no centro do golpe. E todas as medidas adotadas pelo governo golpista visam tão somente desmobilizar, desestruturar e desorganizar os movimentos de resistência, historicamente construídos pela classe trabalhadora e pelos estudantes nesse País.

Então, mais do que nunca é preciso unidade na luta para barrar os retrocessos impostos pelo golpe. Temos que lutar para reverter o processo de retirada de direitos comandado pelo governo e apoiado pelo Congresso, pela mídia e pelo Judiciário.

E a categoria petroleira tem que ser parte disso, especialmente estando a Petrobrás inserida na política do golpe. Tanto é assim que, desde que assumiu a Presidência, Temer e seu capacho Pedro Parente tem investido pesado no desmonte da empresa com a entrega de ativos, a redução de pessoal por meio de PIDV's, o aumento do preço dos combustíveis e gás de cozinha, a diminuição da produção e consequente aumento da importação de derivados, e, principalmente, com o fim da nossa Petrobrás como empresa integrada e indutora do desenvolvimento nacional.

Acordo coletivo: Nenhum direito a menos!

O XVII Confup aprovou que a principal luta dos petroleiros continua sendo barrar ao desmonte e a privatização do Sistema Petrobrás para que a empresa volte a cumprir o seu papel de indutora do desenvolvimento nacional. Essa luta está diretamente associada à preservação dos postos de trabalho e do atual Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) da categoria.

Além disso, diante das reformas impostas pelo governo golpista, da terceirização de atividades-fim e da desnacionalização dos ativos da Petrobrás, que impactam profundamente nas condições de trabalho dos petroleiros, a questão salarial deixa de ser o item principal das campanhas reivindicatórias. Por isso, a pauta de reivindicações que os trabalhadores aprovaram no Confup é a manutenção do atual ACT, reajuste salarial com reposição integral da inflação do período, calculada pelo ICV/Dieese, e aumento real de 2,7%.

CALENDÁRIO DE AÇÕES - 2017

AGOSTO

- 15:** reunião com a ANP
- 18:** entrega da pauta, do Termo de Prorrogação do ACT e manutenção da data-base com atos em todo o Brasil
- 21 a 24:** prazo para resposta da empresa sobre a prorrogação do ACT
- 25:** Conselho Deliberativo da FUP para avaliar a proposta da empresa ou definir a data de greve
- 28 a 31:** Congresso Nacional da CUT

SETEMBRO

- 11 e 12:** Seminário de Redução de Efetivo e Encontro Jurídico em Curitiba (PR)
- 13:** Ocupa Curitiba II (ato em apoio à Lula)
- 27:** 14º Leilão da ANP

OUTUBRO

- 03:** Ato em defesa da Petrobrás (RJ)



Nova diretoria da FUP é eleita



Nova diretoria da Federação Única dos Petroleiros (FUP)

Anova diretoria da FUP, para o triênio 2017/2020, foi eleita e empossada no último domingo (6), durante o XVII Confup. O atual coordenador geral, José Maria Rangel, foi mantido à frente da entidade pelo segundo mandato.

Entre os representantes de Minas, o diretor do Sindipetro/MG, Alexandre Finamori (Barriga) foi eleito como um dos secretários de Comunicação. Já o coordenador do Sindicato, Anselmo Braga, é um dos diretores suplentes da

Federação.

Um dos diferenciais da nova diretoria da FUP está na renovação: 47% dos titulares e 54% dos suplentes são novos. Também houve renovação de 50% no Conselho Fiscal da entidade.

Essa é também a diretoria com maior representação feminina da história da organização sindical petroleira. São oito mulheres ocupando cargos na direção da FUP: três na executiva, três na suplência e duas no Conselho Fiscal.

Diretoria FUP - 2017-2020

Coordenação:

José Maria Rangel (Sindipetro-NF)

Secretaria de Administração e Finanças:

Cibele Vieira (Sindipetro Unificado/SP)

Simão Zanardi Filho (Sindipetro Duque de Caxias)

Secretaria de Comunicação:

Gerson Castellano (Sindiquímica-PR)

Alexandre Finamori (Sindipetro-MG)

Secretaria de Relações Internacionais e Empresas Privadas:

Eneias Zanelato (Sindipetro-ES)

Tadeu Porto (Sindipetro-NF)

Secretaria de Saúde, Segurança e Meio Ambiente:

Rosângela Maria (Sindipetro-BA)

Alexandro Guilherme Jorge (Sindipetro-PR/SC)

Secretaria de Formação Sindical:

Fátima Viana (Sindipetro-RN)

Arthur Bob Ragusa (Sindipetro Unificado-SP)

Secretaria de Assuntos Jurídicos e Institucionais:

Fernando Maia (Sindipetro-RS)

Leonardo Urpia (Sindipetro-BA)

Secretaria de Seguridade, Aposentados e Políticas Sociais:

Paulo Cesar Martin (Sindipetro-BA)

Daniel Samarate (Oposição Sindipetro-PA)

Conselho Fiscal

Jailson Melo Moraes (Sindipetro-RN)

Lucas Costa de Almeida (Sindipetro-BA)

Luiz Antônio Louremzon (Sindipetro-PE/PB)

Suplentes

Sérgio Borges (Sindipetro-NF), Rafael Crespo

(Sindipetro-NF), Miriam Cabreira (Sindipetro-RS),

Anacélie Azevedo (Sindipetro-PR/SC), José Genivaldo

Silva (Oposição Sindipetro-LP), João Antônio de Moraes

(Sindipetro Unificado-SP), Paulo Cardoso (Sindipetro

Duque de Caxias), Anselmo Braga (Sindipetro-MG),

Davidson Lomba (Sindipetro-ES), Priscila Patrício

(Sindipetro-ES), Deyvid Bacelar (Sindipetro-BA),

Emanuel Menezes (Sindipetro-CE/PI), Divanilton

Pereira (Sindipetro-RN), Acácio Carneiro (Sindipetro-

AM), Paulo Neves (Oposição Sindipetro-PA), Addressa

Donadio Delbons (Sindipetro Caxias), Rosana do Carmo

Novacowiski (Sindiquímica-PR), Vitor Luiz Silva

Carvalho (Sindipetro-NF).

Instituto de pesquisa é criado

O XVII Confup aprovou por unanimidade a criação do Instituto José Eduardo Dutra de Pesquisas Sociais, Econômicas e do Trabalho nas Indústrias do Ramo Energético. O Instituto abrigará o trabalho feito pelo Grupo de Estudos Estratégicos e Propostas para o Setor de Óleo e Gás (GEEP), que tem subsidiado a FUP nos embates para que o Sistema Petrobrás e o pré-sal estejam no centro das políticas de fomento à indústria nacional e desenvolvimento do País.

Para o coordenador da FUP, José Maria Rangel, o nome do Instituto é uma “justa homenagem ao senador que teve a sensibilidade de criar um projeto de lei que anistiou as pesadas multas que nós petroleiros tivemos durante a greve de 1995”, lembrando que José Eduardo Dutra foi o responsável pela retomada da Petrobrás quando presidiu a companhia entre 2003 e 2005.

Democracia se faz com igualdade de gênero

Pela primeira vez, a igualdade de gênero foi um dos temas debatidos no XVII Confup. Na apresentação, feita pela professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Bianca Daebis, e pela deputada federal Alice Portugal (PC do B/BA), foi feita uma reconstituição histórica do papel da mulher na sociedade e apontados os desafios e desigualdades ainda enfrentados por elas.

Segundo Daebis, a luta da mulher no mundo moderno se tornou mais forte após a revolução industrial, quando as mulheres que ocupavam postos de trabalho em situações perigosas e insalubres começaram a lutar por melhores condições. Em seguida, elas passaram a se organizar em torno do direito ao voto e ao divórcio.

No entanto, ainda hoje as mulheres

não conquistaram uma total igualdade de direitos. Conforme os dados apresentados pela deputada, no mercado de trabalho formal, as mulheres ainda têm salários 34% menores que os homens.

Portugal também lembrou que, atualmente, na Câmara dos Deputados há apenas 54 mulheres entre os 513 parlamentares e outras 12 nas 81 cadeiras do Senado. Por outro lado, a deputada também apontou que as mulheres têm tido conquistas nos últimos anos, como foi o caso da Lei das Domésticas, em vigor desde 2015.

“O emprego doméstico no Brasil era nosso último grilhão da escravidão. Tínhamos 8 milhões de domésticas que não tinham direitos como os demais trabalhadores e que, agora, foram inseridas no sistema”.



Petroleiros denunciam desmonte da Petrobrás no XVII Confup

O desmonte da Petrobrás foi denunciado em dois protestos de petroleiros realizados na Bahia nos dias 3 e 4 de agosto. No primeiro, cerca de 300 pessoas, entre dirigentes sindicais, congressistas e trabalhadores próprios e terceirizados, fizeram um grande ato contra a privatização da Petrobrás na portaria da Rlam.

A entrada da refinaria foi fechada, o que impediu a entrada dos ônibus até as 10h30. Além dos petroleiros, representantes da CUT e CTB, além de movimentos sociais como o MAB, MPA, Levante da Juventude e Marcha Mundial das Mulheres estavam presentes no ato.

Já no dia seguinte, os congressistas fecharam os portões de acesso ao Ediba, sede administrativa da Petrobrás em Salvador (BA). O ato aconteceu entre 6h e 9h, com o objetivo de conscientizar os trabalhadores sobre o desmonte do Sistema Petrobrás, comandado pela gestão de Pedro Parente e o governo ilegítimo de Michel Temer.



Delegação do Sindipetro/MG em manifestação contra a privatização da Petrobrás na Rlam, Bahia.

